

# Crédito e Finanças em uma Sociedade Cafeeira

---

**Anderson José Pires**

*Professor Adjunto do Departamento de História da  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
apires@terra.com.br*

**Rita de Cássia da Silva Almico**

*Professora Assistente do Curso de História da  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
ritaalmico@uol.com.br*

## **Resumo**

Ao contrário das interpretações predominantes sobre o tema, este artigo vem demonstrar a importância da dimensão regional e local do processo de financiamento das economias agrárias de exportação no período da consolidação capitalista no Brasil. Assim, sob esta ótica, alguns componentes podem ser revelados. Para além de mercados que se organizaram longe dos centros de decisão e poder, sob a órbita de centros urbanos que não se constituíram como capitais, o artigo destaca o significado da presença de agentes individuais neste processo de financiamento, mais do que instituições formais como bancos e bolsas de valores. Através da análise das características e evolução da economia do café da zona da Mata de Minas Gerais, o artigo destaca a atuação destes agentes no processo de transferência de recursos da agricultura para os novos setores que se identificavam com a expansão capitalista, em especial no que se refere aos mercados de hipoteca, de ações e títulos industriais.

**Palavras-chave:** História financeira e Bancária, Economia Regional, Minas Gerais.

## **Abstract**

Contrary to the predominant interpretations on the theme, this article demonstrates the importance of regional and local dimension of the process of financing of agricultural export economies in the period of consolidation capitalist in Brasil. In addition to markets organised away of centers of decision and power, under the orbit of urban centers where not constituted as capital, the article highlights the significance of the presence of individual players in this process of funding, more than formal institutions such as banks and stock exchanges. Through the analysis of characteristics and evolution of the economy of coffee Zona da Mata Minas Gerais, the article highlights the playacting these agents in the process of transfer of resources from agriculture to new sectors that are identified with the expansion capitalist, in particular in relation to the markets of mortgage, industrial shares and securities.

**Key words:** Banking and financial History, Regional economy, Minas Gerais.

Os aspectos básicos da transição capitalista no Brasil já foram devidamente considerados por parte da historiografia econômica. No entanto, em que pese o grande número de trabalhos que lidaram com o tema, muito ainda há o que ser feito, em especial sobre a dimensão financeira do processo. Além disso, mesmo com importantes exceções, as análises têm se concentrado em demasia naqueles que foram os principais centros de produção agroexportadores do país, ou seja, Rio e São Paulo. Nesse sentido, esses estados são considerados tipificadores de outras regiões de produção agrária de exportação, em especial de café.

A mesma observação pode ser feita, talvez com mais propriedade ainda, no que se refere ao processo de desenvolvimento e expansão das relações financeiras e de crédito que marcaram o mesmo período. Aqui não só os mercados e sistemas financeiros têm sido confundidos e reduzidos àqueles que caracterizaram grandes núcleos de produção econômica, em especial os dotados de instituições formais como bancos e bolsas de valores, como também podemos identificar toda uma tendência que coloca o ponto de partida da análise no aparelho de Estado para explicar o mesmo processo<sup>1</sup>. Sob esta ótica, a estruturação dos sistemas financeiros do período se daria pela iniciativa das instâncias cen-

trais de governo. A historiografia clássica restringe a explicação aos seus núcleos de decisão e desconsiderando a distribuição espacial das relações econômicas e sociais das quais o crédito e as finanças vão necessariamente decorrer<sup>2</sup>.

Em outras palavras, na hierarquia da distribuição de força e poder, o processo de desenvolvimento financeiro teria ocorrido de "cima para baixo", das capitais para o interior e a dimensão local e regional das economias pouco teriam contribuído com ele. Seriam principalmente as instituições bancárias oficiais, como o Banco do Brasil, os demiurgos do processo. Nesse caso, os mercados financeiros locais, ou seja, fora dos grandes centros de decisão, jamais teriam força suficiente para conduzir o processo<sup>3</sup>.

No entanto, a evolução dos estudos em história regional no Brasil tem mostrado os limites destas interpretações e todo um universo de crédito e financiamento delimitado local e regionalmente tem se revelado, incluindo no seio das próprias economias exportadoras de café que se desenvolveram no período<sup>4</sup>. Percebe-se assim o surgimento de novas análises referentes à cafeicultura mineira não está alheia a estas novas análises.

A historiografia que se debruçou sobre a zona da Mata de Minas, de longe a principal região produtora do estado<sup>5</sup>, se caracterizava particularmente pelos aspectos que vimos

<sup>1</sup> Entendemos aqui o financiamento como empréstimos de longo prazo e outras modalidades de investimentos, como ações e debêntures que transbordariam da agricultura para a indústria, e crédito, numa visão mais ampla, como empréstimos de dinheiro entre particulares, independente do valor e de prazo, com cobrança de juros.

<sup>2</sup> Ver, entre outros, TRINER, G. (1999). Banks, Regions and Nation in Brazil, 1889-1930. *Latin America Perspectives*, issue 104, vol. 26, n. 01, January, pp. 129-150.

<sup>3</sup> Id. *ib.* p. 131, 135, 137 ss.

<sup>4</sup> TEODORO, R. S. (2006). "Crédito e Expansão da Cafeicultura: o Caso do Município Paulista de Franca 1887-1914". *História Econômica e Economia Regional Aplicada - HEERA*. Departamento de Economia UFJF, Juiz de Fora, Vol. 01, n. 02, ago./dez. MARCONDES, R. L. e MADURO, P. R. R. (2005). *Crédito Hipotecário em São Paulo: Evidências para Um Núcleo Urbano em Expansão (1865-1890)*. Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A021.pdf>. MARCONDES, R. L. (2002). "O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-1887)". *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 56 (01):147-170, jan./mar.

<sup>5</sup> Isso não quer dizer que a zona da Mata tenha sido a única região produtora; mas nas outras regiões o café parece nunca ter assumido a importância que teve na zona da Mata e nunca superaram esta na posição de maior produtora do estado. Ver GIROLETTI, D. (1980). *A Industrialização de Juiz de Fora*. Op. cit. tabela 05 p. 156.

criticando aqui. Pensada muito mais em função dos núcleos exportadores de São Paulo e Rio de Janeiro, as interpretações mais importantes destacam o afastamento da região em relação ao processo de “industrialização e a transição capitalista do país”, ou melhor, da forma que ocorreu em São Paulo<sup>6</sup>. Os argumentos utilizados para sustentar tais afirmações são muitos, mas aqueles que inviabilizam a possibilidade de delineamento histórico-regional para a Mata, seja pela negação de um complexo agroexportador na região ou por sua caracterização como economia de *enclave*<sup>7</sup>, merecem particular atenção.

De uma forma ou de outra, estes argumentos ressaltam duas características que marcaram a economia cafeeira de Minas: o Rio de Janeiro teria se colocado como principal ponto de referência urbana da região, canalizando os principais fluxos de recursos de sua produção externa através não apenas da intermediação comercial, como também da intermediação financeira realizada por comissários, bancos, bolsa de valores e o mercado de capitais em geral<sup>8</sup>. Além disto, também em Minas, o centro de decisão política e o aparelho político-administrativo sempre se localizaram fora do espaço regional, afastando a região dos centros de poder em âmbito estadual e representando outro instrumento de canalização de recursos, desta feita através da estrutura de tributação sobre a produção de exportação do café, reconhecidamente a mais importante fonte de recursos do estado<sup>9</sup>.

O que podemos perceber é que, se pensada a partir dos centros de poder econômico e de decisão política, a Mata de Minas teria se marcado estruturalmente pela incapacidade de retenção dos recursos gerados em sua produção de exportação em seu espaço próprio. Mas se o ponto de vista se deslocar a priori para o universo regional da Mata de Minas outros elementos se revelam e se destacam.

Nesse sentido, neste trabalho aborda a questão do crédito e do financiamento da economia cafeeira da Mata mineira pela dimensão da transferência de recursos entre seus distintos setores econômicos, com ênfase na oferta de crédito realizada por particulares. Demonstra, também, a dinâmica e a dimensão das atividades creditícias nesta sociedade, sua capacidade de captação e retenção de recursos, bem como seu desenvolvimento urbano.

Deve ficar claro que um enfoque que privilegia o universo local e regional das economias de exportação encontra suporte em uma abordagem teórico-analítica conhecida como cadeia global de mercadorias ou *global commodity chains*<sup>10</sup>. Ao contrário das teorias mais tradicionais sobre a evolução das economias de exportação que colocavam no Estado Nacional sua referência explicativa, aqui o ponto de partida são as estruturas de produção, localmente delimitadas, e suas

*A Mata de Minas teria se marcado pela incapacidade de retenção dos recursos gerados em sua produção de exportação*

<sup>6</sup> LIMA, J. H. (1981). *Café e Indústria em Minas Gerais – 1870/1920*. Vozes, Rio de Janeiro; CANO, W. (1985). “Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras”. *Revista Estudos Econômicos*, IPE/USP, São Paulo, 15(2): 291-306, mai-ago.

<sup>7</sup> MARTINS, R. (1982). *A Economia Escravista em Minas Gerais no Século XIX*. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, p. 39. OLIVEIRA, M. T. (1991). *The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: Beginnings and Early Development, 1868-1906*. Ph.D. Thesis, University College, London, p. 17

<sup>8</sup> WIRTH, J. (1982). *O Fiel da Balança – Minas Gerais na Confederação Brasileira (1889-1937)*. Paz e Terra, São Paulo, p. 78

<sup>9</sup> PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de (2006). *Região e regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais*. *Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada – HEERA*. Juiz de Fora, UFJF, número 1.

<sup>10</sup> Para uma análise geral da interpretação ver GEREFFI, G. and KORZENIEWICZ, M. (1994). *Commodity Chains and Global Capitalism*. Prager, Connecticut/London; HOPKINS, T. and WALLERSTEIN, I. (1994). “Commodity Chains in the Capitalist World-Economy Prior 1800”. In Id. *Ib. A rede global do café pode ser vista em SAMPER K. M. (2003). “The Historical Construction of Quality and Competitiveness – A Preliminary Discussion of Coffee Commodity Chains.”* In TOPICK, S. and CLARENCE-SMITH, G. (2003). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989*. Cambridge University Press.

articulações com as estruturas de comercialização interna e externa do produto que ganham primazia. As articulações entre as instâncias de produção e distribuição interna e externa são considerados como elos de cadeia que são entendidas como uma “totalidade” própria. A *história regional* comparativa se torna, portanto, o principal instrumento de investigação, mais que a colocação desta ou daquela região como modelos tipificadores a serem seguidos por outros espaços econômicos de exportação.

Quando pensamos que as totalidades formadas pelos elos entre as estruturas de produção e comercialização do produto são um “*constructo histórico*”, portanto essencialmente dinâmicas, percebemos que a evolução histórica da economia de exportação de

Minas Gerais se marcou por algumas características até então despercebidas pela historiografia<sup>11</sup>.

A Mata Mineira sempre foi vista como uma região secundária no conjunto da produção do Brasil. Por isso mesmo, a dinâmica de sua produção foi sistematicamente su-

bestimada pela historiografia. No entanto, a partir de meados do século XIX a produção de café na região cresce regularmente e em torno dos anos 1890 supera o Rio de Janeiro e adquire a posição de segunda maior região produtora de café do país. Mais que isso, se avaliarmos sua relação direta com o mercado externo, como pretende a teoria da “*global commodity chains*”, adquiriu importância evidente no conjunto da estrutura de oferta que marcou a economia mundial do período. Sua

produção supera aquela de grandes países produtores, como a Colômbia, e se considerarmos a produção de toda a América Latina excluindo o Brasil, a produção da região também é superior. Minas Gerais e a zona da Mata torna-se, na maior parte do período aqui em questão, como um dos principais fornecedores mundiais de café.

Por outro lado, o ritmo de crescimento da produção de café da região ocorre até o início do século XX, destoando do padrão de crescimento do Rio de Janeiro que, como se sabe, possui produção declinante desde o final do século XIX, com o impacto da abolição da escravidão e da crise dos preços do café que se inicia em 1896. Portanto, ao contrário de Minas, na Mata mineira o padrão de acumulação de capital e a base do processo de transição capitalista foram assegurados pela expansão de uma produção agrícola de exportação.

Esta defasagem entre os ciclos de produção de Minas e do Rio é muito importante para entendermos como se deu a evolução das cadeias de distribuição e comercialização do café entre os dois estados. O declínio da produção do Rio de Janeiro e a crise do sistema escravista fizeram com que toda a composição social e a própria estrutura de distribuição do produto principal, financiamento e provimento das unidades de produção realizada pelo Rio se alterasse definitivamente<sup>12</sup>. Centralizada na figura do comissário, as funções de comercialização do produto tenderam a ser substituídas pelos exportadores em sua grande maioria casas comerciais estrangeiras. Já a função de financiamento relaciona-se à expansão do aparelho bancário, inclusive para áreas interioranas de produção<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> PIRES, A. (2007). “Minas Gerais e a Cadeia Global da ‘Commodity’ Cafeeira (150-1930).” *Revista Eletrônica de História do Brasil – REHB*, Departamento de História, UFJF, Juiz de Fora, vol. 09, n. 01, jan./jul.

<sup>12</sup> SWEIGART, J. (1980). *Finance and Marketing Brazilian Export Agriculture: The Coffee Factors of Rio de Janeiro, 1850-1888*. PhD. Thesis, University of Texas.

<sup>13</sup> PIRES, A. (2004). *Café, Finanças e Indústria: Uma Análise do Sistema Financeiro da zona da Mata de Minas Gerais (1189-1930)*. Tese de Doutorado, USP, São Paulo.

A Mata Mineira sempre se colocou como uma região secundária no conjunto da produção do Brasil

É sob a contraposição deste cenário que devemos analisar a evolução estrutural da economia de exportação da Mata no período. A manutenção das condições de dinâmica econômica geradas pelo café, sua participação no território político-administrativo mineiro e a presença de um núcleo urbano de referência na própria região vão permitir que os principais vetores da transição capitalista e da diversificação urbano-industrial sejam internalizados e com eles boa parte dos fluxos de recursos gerados na produção de exportação.

O conceito de "complexo agroexportador" foi idealizado tendo em vista exclusivamente a economia de São Paulo e de acordo com seus idealizadores o núcleo do conceito estaria na capacidade de diversificação econômica gerada pela produção de exportação. Um "complexo" assim se definia pela presença de distintos setores no espaço regional da economia de exportação, incluindo os setores comercial, industrial, de transportes, financeiro, produtor de alimentos, o aparelho político-administrativo do estado, entre outros setores que se desenvolvem na medida em que a transição capitalista se consolida<sup>14</sup>. Ali onde as economias regionais de exportação, por um motivo ou por outro, não evoluíram estritamente no mesmo sentido, a aplicação do conceito é negada, muitas vezes sob o argumento de que a transição capitalista não se completara.

No entanto, para além de outros condicionantes, seus principais proponentes não consideraram a dimensão financeira implícita no conceito. As relações financeiras de uma economia podem ser entendidas não apenas como as transações que implicam transferências intertemporais de recursos envolvendo relações de troca que não se efetivam no mesmo período de

tempo, mas também transferências inter-espaciais de recursos, isto é, de origem destino dos recursos. Sendo assim, além da mera presença de distintos setores na economia, são os fluxos de recursos que os interligam que podem dar a tônica do conceito. Na medida em que às relações inter-setoriais da economia correspondem inúmeras relações de crédito e financiamento, sob os mais distintos instrumentos, é a circularidade dos fluxos de financiamento, ou seja, a capacidade de retenção e reaplicação de recursos que devemos considerar como a essência do conceito.

Nossa própria idéia de complexo agroexportador nos afasta, assim, daqueles que a formularam inicialmente porque abre a possibilidade de sua aplicação em distintos espaços regionais de produção, desde que resguardadas as condições de internalização da maior parte dos fluxos econômicos, o que é viabilizado normalmente pela presença de um núcleo urbano que desempenhe a contento estas funções.

Centros urbanos que se desenvolveram nos complexos do Rio de Janeiro e de São Paulo, por maiores que fossem, não podem ser considerados como núcleos de outros complexos porque sempre orbitaram e tiveram em suas respectivas capitais, muitas vezes, senão o ponto de origem pelo menos o de destino de seus recursos em distintas formas de investimento<sup>15</sup>.

Outro foi o caso da cafeicultura em Minas já que como parte da transição capitalista na região desenvolveu-se um núcleo urbano cujas funções vão implicar na retenção de recursos e, ao mesmo tempo, na criação de oportunidades de sua rein-

---

O conceito ("complexo agroexportador") estaria na capacidade de diversificação econômica gerada pela produção de exportação

---

<sup>14</sup> CANO, W. (1977). *Raízes da Concentração Industrial de São Paulo*. Difel, São Paulo, p. 20-21.

<sup>15</sup> MARCONDES, R.L. (1998). *A Arte de Acumular na Economia Cafeeira*. Ed. Stilian, Lorena. 1998

versão na própria economia regional<sup>16</sup>. O município de Juiz de Fora, desde meados do século XIX, foi colocado como o centro de referência da economia de exportação de café da Mata mineira. Até o final da década de 1920, foi o maior núcleo urbano de todo o estado, superando inclusive sua capital, Belo Horizonte. O desenvolvimento do setor de transportes, de início com a rodovia União e Indústria e posteriormente com as estradas de ferro, teve, uma importante interseção que acabou elevando o município à condição de entreposto comercial não só da Mata, mas também de boa parte de Minas Gerais<sup>17</sup>. A partir daí é notória sua importância na intermediação comercial da região, inclusive na provisão de fazendas de café, podendo ser considerado um dos três

Juiz de Fora desponta como um dos principais centros industriais do estado, posição que sustenta até o final da década de 1940

principais centros atacadistas de todo o estado de Minas, conjuntamente com Belo Horizonte e Uberlândia<sup>18</sup>.

Também o desenvolvimento industrial marcou a história econômica do município, dotando-o de singularidades e importância única no

contexto do estado. Tipicamente articulado a uma economia agrária de exportação, ao contrário de Minas, seguiu o delineamento geral que marcou o processo em outras regiões de produção de café, tendo, no fim do século XIX, um de seus impulsos mais significativos. Desta forma, Juiz de Fora

desponta como um dos principais centros industriais do estado, posição que sustenta até o final da década de 1940. Além disto o processo de industrialização local teve tamanho dinamismo interno que chegou, ele mesmo, a estimular investimentos em setores manufatureiros intermediários, como papel, papelão e embalagens, e insumos e produtos básicos, tais como: cimento, máquinas, química, mesmo que, obviamente, estivessem longe de satisfazer o conjunto da demanda local<sup>19</sup>.

O município também desenvolveu um forte setor de infraestrutura, serviços públicos e de financiamento para toda a região, sediando a matriz do principal banco no período. Além de inúmeras filiais de bancos nacionais, como Banco do Brasil, o Banco Pelotense, e até mesmo de um banco internacional como o *London and Brazilian Bank*, com agência aberta em Juiz de Fora em 1926<sup>20</sup>.

Claro é que tamanha diversificação das atividades de cunho urbano-industrial implicou no deslocamento de funções e serviços até então realizados em outros centros para o próprio município de Juiz de Fora que, assim, acabou por realizar com outras cidades da zona da Mata a mesma função que o Rio de Janeiro vinha desempenhado com ele. Também não seria difícil perceber que esta mudança levou à internalização de parte dos recursos gerados na produção de exportação local, indicando a montagem de um complexo agroexportador local, mesmo que dotado de inúmeras especificidades.

<sup>16</sup> PIRES, A. (2004). Op. Cit.

<sup>17</sup> GIROLETTI, D. (1980). *A Industrialização de Juiz de Fora*. Op. cit. p. 157.

<sup>18</sup> WIRTH, J. (1982). *O Fiel da Balança: Minas Gerais na confederação brasileira – 1889/1937*. 1 ed., Paz e Terra, São Paulo.

<sup>19</sup> PIRES, A. (2004). Op. Cit. Cap. 4

<sup>20</sup> Sobre o Banco de Crédito Real de Minas Gerais ver: PROCÓPIO FILHO, J. (1966). "A História Bancária de Juiz de Fora" In *Retalhos do Passado*. s. ed. Juiz de Fora; ALVARENGA FILHO, J.T. (1987). "Alguns Eventos da História Bancária de Juiz de Fora" In: *História Econômica de Juiz de Fora*. s. ed., Juiz de Fora. Id. (1976). *A Criação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e o Relacionamento de seus Fundadores com o Imperador D. Pedro II*. s. ed., Juiz de Fora. SÁ, A.L. (1992). *Origens de um Banco Centenário*. Edição Comemorativa do Banco de Crédito Real. Juiz de Fora. RIBEIRO, J. (1990) "Banco de Crédito Real de Minas Gerais." In: *Um Banco de todos os Tempos - Credireal 101 anos*. Edição Comemorativa (original de 1925).

Sob essa perspectiva, a permanência de dois pontos de canalização de recursos extemporâneos à região, o centro de tomada de decisões na capital Belo Horizonte e do núcleo de exportação do produto no Rio de Janeiro, deve ser devidamente equacionada. A transferência de recursos obtidos por impostos sobre a exportação de café para outras regiões do estado era inevitável tendo em vista o contexto político de Minas e a imensa diversidade regional que marcava o “mosaico mineiro”<sup>21</sup>, mas este fato não significava que a própria região da Mata não recebesse os recursos ali catalisados. Bem ao contrário, já que invariavelmente o governo do estado apoiava seu produto mais importante como foi o caso da montagem de toda a infraestrutura ferroviária para o escoamento do café da região. A participação ativa do estado nos planos de valorização do produto e da concessão de recursos para o financiamento da produção, em especial o de longo prazo, foi essencial em vários momentos de crise da economia cafeeira<sup>22</sup>.

Desta forma, do ponto de vista da origem e destino dos recursos, a presença de um núcleo de catalisação externo ao espaço regional da produção pouco altera a circularidade do fluxo de recursos que se está enfatizando aqui, mantendo o estado de Minas uma posição semelhante à de outras regiões de produção do café no país. Em todos os casos é a idéia de efeitos de encadernamento fiscais<sup>23</sup>, com todos seus determinantes de natureza social e política, que deve ser colocada como referência explicativa. A extemporaneidade do centro de poder na cafeicultura mineira, longe de afastar a delimitação de uma estrutura própria, pode ser entendida como parte de suas configurações

históricas específicas, que se sobressaem, aliás, isso ocorre quando a perspectiva é a análise regional das economias de exportação em uma dimensão comparativa. Neste sentido, o afastamento dos centros de decisão e compartilhamento dos recursos por ela gerados deu ao complexo regional mineiro uma natureza “secundária” e “periférica” que de resto pode ser estendida para outros componentes do complexo local, como a própria posição que a produção da Mata assumiu no contexto do país<sup>24</sup>.

O mesmo pode ser dito com relação à manutenção do porto do Rio de Janeiro como principal canal de exportação da produção de café da região. Aqui todas as vantagens da abordagem das cadeias mundiais de mercadoria se revelam com nitidez. Se considerarmos a historicidade implícita que caracteriza as articulações entre as esferas de produção e distribuição do produto, podemos entender o significado das transformações que marcaram o universo histórico de Minas e Rio de Janeiro a partir do final do século XIX. Em outras palavras, se o ciclo produtivo do café no Rio levou a uma crise irreversível da produção no estado, afastando seu processo de transição capitalista da produção cafeeira e implicando na desmontagem dos canais anteriores de comercialização e exportação do produto, este mesmo aspecto pode ser considerado como um importante argumento explicativo para Minas Gerais, visto que o porto daquela cidade continuou servindo para as exportações da produção mineira.

O estado apoiava seu produto mais importante como foi o caso da montagem da infraestrutura ferroviária para o escoamento do café

<sup>21</sup> WIRTH, J. (1982). Op. Cit.

<sup>22</sup> BLASENHEIM, P. (1982). “Uma História Regional: a zona da Mata Mineira (1870-1906)”. V *Seminário sobre Estudos Mineiros – A República Velha em Minas*, UFMG/PROED, Belo Horizonte.

<sup>23</sup> HIRSCHMAN, A. (1985). “Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: Uma Abordagem Generalizada.” in SORJ, B., CARDOSO, F.H. e FONT, M. (1985). *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. Brasiliense, São Paulo.

<sup>24</sup> PIRES, A. (2004). Op. Cit

Em outros termos, se considerarmos as estruturas de produção e comercialização como um todo, como propõe a nossa interpretação, percebemos que a Mata mineira fez parte de um conjunto maior, se colocada como base produtiva de uma cadeia de mercadoria do café durante a maior parte do período aqui considerado. Por isso, as exportações de café pelo Rio de Janeiro, o segundo maior porto de exportação cafeeira em todo o mundo, tiveram uma crescente parcela de sua produção localizada em Minas Gerais, chegando a cerca de 70% na década de 1930<sup>25</sup>. Se no início do século, o Rio de Janeiro ainda se colocava como principal centro de uma das mais importantes cadeias de produção cafeeira do país e do mundo, perdendo a primazia na economia mundial

No início do século o Rio de Janeiro... principal centro... de produção cafeeira do país e do mundo

apenas para a cadeia de produção e distribuição localizada em São Paulo, esta posição só pode ser explicada pela crescente incorporação da produção e comercialização do café mineiro<sup>26</sup>.

Quando se estuda a estruturação do sistema capitalista em qualquer realidade é a *formação de mercados* que temos em vista. Se avançarmos a análise sob esta perspectiva, percebemos uma grande convergência entre os fatores que consideramos para a delimitação regional da economia, como um complexo exportador, e a interiorização daqueles que levaram à formação do capitalismo na região. Se a presença maior ou menor de distintos setores urbano-industriais leva consigo a idéia de circularidade no fluxo de recursos é a dimensão do mer-

cado que temos em mente para analisar as suas relações.

Claro é, neste sentido, que nossa concepção de mercado se diferencia daquela ainda predominante na teoria econômica em geral e em muitos textos sobre a história econômica. Aqui, mais que um princípio regulador da economia e de formação de preços, os mercados são considerados como espaços onde as trocas se efetivam e, portanto, como instância onde as forças sociais da oferta e demanda vão convergir<sup>27</sup>. Tomados desta forma, nada indica que necessariamente os preços serão assim determinados, ainda que, obviamente, possa ser este o caso. Talvez a maior vantagem deste conceito de mercado seja sua dimensão regional em detrimento dos “mercados nacionais” que está subjacente na definição alternativa, **muito mais o resultado do processo histórico de constituição capitalista do que propriamente um de seus componentes formadores**<sup>28</sup>. Sob esta ótica, o conceito de mercado nos impede de incorrer no erro do anacronismo.

São muitos os instrumentos de poupança que podem surgir no contexto de uma economia em transição de formas não capitalistas para o capitalismo. Muitas vezes o que se assiste no período é uma miscelânea de instrumentos que podem incluir terra, gado, escravos, empréstimos pessoais, títulos da dívida pública ou ações, debêntures e depósitos bancários, predominando estes ou aqueles instrumentos dependendo do contexto a ser investigado. Também deste contexto depende se estas formas de poupança coincidem ou não com investimentos realizados no próprio espaço regional da economia.

<sup>25</sup> MELO, H. P. (1993). *O Café e a Economia Fluminense – 1870/1920*. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, p. 78.

<sup>26</sup> PIRES, A. (2007). Op. Cit.

<sup>27</sup> HOFFMAN, P.T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J.-L. (2000). *Priceless Markets: the political economy of credit in Paris, 1660-1870*. University of Chicago Press, p. 11-12

<sup>28</sup> POLANYI, K. (1980). *A Grande Transformação: Origens de Nossa Época*. Ed. Campus, Rio de Janeiro.

Naqueles casos em que o núcleo urbano de referência se encontra na própria região, podem ali ser canalizadas as distintas formas de poupança, estando a variedade de seus instrumentos dependendo da expansão capitalista ali verificada. Se a transição capitalista implica essencialmente em um processo de expansão dos setores urbanos da economia, serviços públicos, comércio, industrialização, devemos reconhecer até que ponto este processo se converteu em oportunidades reais de investimento, canalizando uma parcela maior ou menor dos recursos disponíveis no espaço da mesma região.

Em outras palavras, quando lidamos com mercados financeiros e de crédito, evidentemente vinculados aos fluxos gerais de recursos que se está querendo investigar, também se revelam as distintas formas de acumulação, reinversão e de investimentos que marcaram o período. O espaço que os delinea será demonstrativo não apenas da retenção de recursos na economia regional como também das distintas configurações sociais que aí assumiram os principais agentes da demanda e da oferta por recursos de crédito e financiamento.

O que cabe investigar é como a transição capitalista foi financiada no contexto agroexportador da economia regional, incluindo a transferência de recursos identificados com o seu setor mais importante, a produção agrária de exportação, para aqueles que tipicamente representam a expansão das relações capitalistas de produção, particularmente a indústria. Para isso, levaremos em conta o contexto institucional em geral e não apenas aquele marcado por instituições formais como os bancos e mercados

oficiais de títulos, mas também as instituições informais que abrangem inúmeras formas de organização de mercados, transmissão de informações, valores sociais predominantes e a atuação de agentes individuais como provedores de recursos<sup>29</sup>.

Assim, a idéia de um complexo agro-exportador regional ganha em significado, uma vez que, estando delimitado em seu interior um mercado financeiro, este foi capaz de realizar uma das principais funções que estas instituições podem desempenhar em um contexto de transformação social capitalista, a canalização de recursos de crédito e financiamento das esferas mais "tradicionais" da economia, tipicamente a agricultura, para aqueles mais "modernos" e que representam a própria expansão do sistema capitalista de produção<sup>30</sup>.

Mais que isso, a manutenção do universo da produção e seus determinantes locais e regionais como princípio explicativo abrem inúmeras outras possibilidades de elucidação do próprio fenômeno do crédito. Partindo desta dimensão local a organização da produção de exportação está crivada por uma série de circunstâncias variando desde demarcação e dotação de fatores até a herança institucional, social e cultural presente anteriormente à expansão e consolidação da cultura de exportação<sup>31</sup>. Aspectos essenciais da organização do sistema produtivo, características físicas e agronômicas do produto principal, dimensão das propriedades agrícolas, formas de organização e mobilização da força de trabalho, sistema de uso da terra, entre

---

*Cabe investigar é como a transição capitalista foi financiada no contexto agroexportador da economia regional*

---

<sup>29</sup> HOFFMAN, P.T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J.-L. (2000). *Op. cit.*; MULDREW, C. (1998). *The Economy of Obligation: The Culture of Credit and Social Relations in Early Modern England*. Palgrave, New York.

<sup>30</sup> ROTHENBERG, W. (1985). "The Emergence of a capital Markets in Rural Massachusetts." In *The Journal of Economic History*. Vol. XXII, December.

<sup>31</sup> CÁRDENAS, H., OCAMPO, J.A. and THORPE, R. (2000). "Introduction". In *id. Ib. The Export Age: the Latin American Economies in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries*. Palgrave, New York.

tantos, encontram aí uma efetiva perspectiva analítica. Ademais, o próprio impacto e evolução posterior das economias de exportação terão nestes aspectos, por sua vez, seu quadro geral delimitador. O conceito de *efeitos de encadeamentos* em suas várias dimensões sociais, efeitos de encadeamento de consumo, políticas (efeitos de encadeamento fiscais) e propriamente econômicas (efeitos de encadeamento de produção) adquire, neste sentido, um novo contexto histórico e explicativo<sup>32</sup>. A tentativa aqui é de demonstrar que o sistema financeiro gerado será um dos, senão o principal, ponto de partida para estes encadeamentos.

Neste sentido, percebemos que os principais componentes que marcam o fenômeno do crédito e das finanças nestas

economias estão assim condicionados. No que se refere à estrutura da demanda podemos dizer que a própria natureza agrícola da produção impunha a necessidade de concessão de crédito aos fazendeiros, bastando para isso lembrar a

defasagem entre o fluxo anual dos rendimentos das colheitas e os custos correntes da produção. Defasagem esta que só poderia ser satisfeita, a contento, mediante a concessão de crédito de curto prazo, tipicamente fornecido por comerciantes diversos. Além disso, a cultura cafeeira no período era marcada por grandes oscilações anuais e, por conseguinte, em grandes variações nos próprios rendimentos decorrentes das exportações, impondo, também aqui, a concessão de crédito de curto prazo, bastando para isso que o rendimento de um ano ultrapassasse as despesas realizadas no ano anterior.

Também no que se refere ao crédito de longo prazo podemos encontrar aqui um dos seus mais importantes componentes explicativos. O café é uma cultura tipicamente perene, com um período que variava de 4 a 5 anos entre a sementeira e a primeira colheita economicamente viável. Assim, essa produção possui como característica uma alta proporção de investimentos fixos, que podem atingir 70% dos custos totais. A demanda por crédito de longo prazo é, portanto, imanente à produção e, na ausência de recursos próprios, importante condição para que se dê sua expansão ou reposição.

Se a organização social da produção impõe condicionamentos na estrutura da demanda por recursos de crédito e financiamento o mesmo acontece com a estrutura de oferta. São conhecidos os impactos que uma economia de exportação fundamentada na grande propriedade e em relações escravistas provocam na concentração da renda e nas formas de poupança que vão predominar na sociedade. Cabendo aqui destacar que as grandes somas de recursos assim delimitadas tenderão a se transformar em formas específicas de investimentos caracterizadas principalmente por *retornos fixos*, tendo em vista as oscilações dos rendimentos que caracterizam a produção e as variações do produto no mercado internacional.

As relações de crédito e financiamento, quando percebidas sob esta ótica, adquirem novo potencial explicativo quando temos em mente a dimensão local e regional das economias de exportação. A ideia de *efeitos de encadeamento financeiros*<sup>33</sup>, pelo condicionamento dos principais vetores do processo do crédito tanto no que se refere à demanda quanto à oferta socialmente delimitadas encontra sua devida contextualização histórica. As principais condições para a formação de mercados financeiros estão já aqui delimitadas, uma

A própria natureza agrícola da produção impunha a necessidade de concessão de crédito aos fazendeiros

<sup>32</sup> HIRSCHMAN, A. (1985). Op. Cit.

<sup>33</sup> HIRSCHMAN, A. (1985). Op. Cit. PIRES, A. (2004). Op. Cit. p. 195.

vez que a presença de agentes com distintas posições financeiras, como aqueles superavitários e deficitários, tornarão estas mesmas relações parte integrante do funcionamento destas economias, com as funções diversas que tipificam estes mercados: obtenção de recursos para o funcionamento anual das unidades ou para ampliação da produção, consolidação de débitos, financiamento de investimentos diversos, provisão e remuneração da força de trabalho etc.

Todos estes aspectos e tendências podem ser observados pela evidência empírica que temos em mãos. Se considerarmos a documentação que permite vislumbrar a dimensão social e espacial do débito que marcou a economia de café de Juiz de Fora, podemos avançar neste sentido. Inventários post mortem, contratos de hipotecas e ações

cíveis de execução de dívidas surgem como um corpo documental bastante rico de informações e possibilidades de delineamento das feições que a atividade creditícia assumiu na zona da Mata mineira, mais especificamente em Juiz de Fora, cidade foco desse trabalho<sup>34</sup>. Em trabalhos de pesquisa anteriores, pudemos levantar dados sobre a composição das dívidas para as unidades produtoras de café do município e conseguimos constatar que se houve um predomínio de agentes e instituições localizados no Rio de Janeiro como provedores de recursos para a cafeicultura do município, a partir do final do século XIX, houve também uma nítida tendência de substituição destes agentes por aqueles locais, delimitando o predomínio endógeno dos recursos até então utilizados para o financiamento da cafeicultura de Juiz de Fora<sup>35</sup>. A

**Tabela 1.** Origem do capital de empréstimo para as Unidades Agroexportadoras de Juiz de Fora 1870/1919 (valores em mil-réis)

Década	Local	%	R.J.	%	N. Ident.	%	Total
1870/79	129:488	41,79	144:477	46,63	35:854	11,57	309:819
1880/89	201:135	19,66	768:649	75,16	52:786	5,16	1.022:570
1890/99	197:998	99,39	1:211	0,60	-	-	199:209
1900/09	476:373	77,58	73:868	12,03	63:755	10,38	613:996
1910/19	96:565	88,17	2:263	2,06	10:689	9,76	109:517

Fonte: Inventários - Juiz de Fora - 1870/1929

**Tabela 2.** Participação do Banco de Crédito Real na distribuição de capital para a lavoura cafeeira de Juiz de Fora 1870/1919 (valores em mil-réis)

Década	Div. Total	B.C.R.	%	R.J.	%
1870/79	309:819	---	---	144:477	46,63
1880/89	1.022:570	---	---	768:649	75,16
1890/99	199:209	143:939	72,46	1:211	0,60
1900/09	613:996	438:776	71,46	73:868	12,63
1910/19	109:517	73:000	66,65	2:263	2,06

Fonte: Inventários Juiz de Fora - 1870/1929.

<sup>34</sup> Sobre este tema existe uma pesquisa de doutoramento em fase de conclusão: ALMICO, Rita C. S. *Só a Palavra Basta? O Crédito não Institucional em Juiz de Fora 1850/1889*. Niterói: UFF. Projeto de doutorado, 2005.

<sup>35</sup> PIRES, A. (1993). *Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora (1889-1930)*. Dissertação de mestrado, UFF, Niterói.

montagem de um aparelho bancário local deve ser destacado neste sentido, não apenas como instrumento potencial de catalisação de poupanças e recursos monetários ociosos existentes na economia, mas também como um dos principais provedores de recursos para a agricultura da região, ao menos no que se refere ao financiamento hipotecário de longo prazo.

Mas outras fontes podem servir, com mais propriedade ainda, para demonstrar a existência do circuito de financiamento delimitado endogenamente. Se observarmos os dados sobre os contratos hipotecários realizados no município, entre 1853 e aproximadamente 1939, percebemos ainda a mesma tendência. Em outras palavras, se aqueles empréstimos que tinham no Rio os

As altas taxas de juros cobradas diminuiriam em muito sua frequência e reduziriam os provedores de recursos à usura

seus principais credores predominam em distintos momentos até o final do século XIX, a partir daí, mesmo presentes, diminuem sua participação relativa de forma bastante evidente, indicando a convergência da oferta e procura por crédito de longo prazo no espaço

econômico do município. Além disto, como no caso dos inventários, percebemos também aqui a importância que teve para alguns períodos específicos o Banco de Crédito Real.

Por outro lado, também podemos notar que os recursos de empréstimos de longo prazo estão longe de se restringir ao sistema bancário propriamente dito, estando mais ou menos disponibilizados por inúmeros outros agentes presentes na economia. Numa clara indicação de que a demanda por serviços financeiros antecipou a oferta de recursos e a montagem de toda a estrutura de financia-

mento que marcou a região, inúmeros contratos de hipotecas tiveram em provedores individuais o seu fundamento.

Muitos argumentariam no rastro de uma historiografia mais antiga, que os empréstimos individuais seriam marcados por determinadas características que impediriam sua colocação como componentes importantes da economia. As altas taxas de juros cobradas diminuiriam em muito sua frequência e reduziriam os provedores de recursos à usura, muitas vezes confundida com a mera agiotagem. Nesta ótica a própria percepção do endividamento é identificada com a insolvência e, na absoluta falta de condições de liquidação de débitos, a recorrência dos empréstimos não ocorreria. Sendo assim, a mera idéia de um "sistema" financeiro, de regularidade nas relações de crédito e seu devido pagamento estaria comprometida e a história financeira e do crédito não estaria propriamente na pauta de pesquisadores e cientistas sociais.

Outro argumento recorrente e que inviabilizaria as relações de mercado da esfera financeira da economia seria o predomínio de um quadro institucional no país caracterizado pela ausência de direitos de propriedade para ativos e títulos financeiros de uma forma geral. Sob este aspecto, algumas análises têm revelado um quadro muito mais favorável, onde, a partir do Código Comercial de 1850, o país teria sido devidamente dotado de uma estrutura legal marcada pela garantia dos direitos dos credores, como evidenciam o privilégio de pagamento de portadores de debêntures e credores hipotecários no caso de falência de devedores<sup>36</sup>.

No entanto, se lembrarmos os elementos condicionantes da forma de organização social da produção sobre os delineamentos gerais da oferta e da procura por recursos de empréstimos ou os elos

<sup>36</sup> MUSACCHIO, A. (2005). *Law and Finance in Historical Perspective: Politics, Bankruptcy Law, and Corporate Governance in Brazil, 1850-2002*. Ph.D. Dissertation, Stanford University.

**Tabela 3.** Mercado Hipotecário - Credores por origem geográfica médias quinquenais Juiz de Fora (1853-1939)

Quinq.	Participação de Credores de Juiz de Fora				Participação de Credores do Rio de Janeiro				Participação de Credores da zona da Mata				Participação de Credores do Centro e Vertentes			
	Juiz de Fora	% JF	Mont JF	%Mt JF	Rio	% Rio	Mont Rio	%Mt Rio	Zona da Mata	% ZM	Mont ZM	%Mt ZM	Centro	% Centro	Mont Centro	%Mt Centro
1853-1854	17	44,7%	511311	67,5%	4	10,53%	10301	1,36%	0	0,00%	0	0,00%	5	13,16%	22847	3,02%
1855-1859	60	65,9%	351821	78,9%	2	2,20%	17175	3,85%	0	0,00%	0	0,00%	7	7,69%	10379	2,33%
1860-1864	130	50,4%	923130	31,0%	40	15,50%	1437564	48,28%	8	3,10%	121977	4,10%	29	11,24%	90263	3,03%
1865-1869	59	60,2%	453578	30,4%	22	22,45%	839900	56,31%	5	5,10%	99757	6,69%	7	7,14%	19836	1,33%
1870-1874	60	92,3%	449430	73,8%	2	3,08%	90167	14,80%	3	4,62%	69750	11,45%	0	0,00%	0	0,00%
1875-1879	124	91,9%	2228776	84,2%	8	5,93%	179318	6,77%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,74%	2600	0,10%
1880-1884	147	80,8%	1324480	41,6%	18	9,89%	1044674	32,81%	3	1,65%	30600	0,96%	4	2,20%	311000	9,77%
1885-1889	135	85,4%	1365978	65,1%	11	6,96%	413315	19,69%	2	1,27%	31498	1,50%	1	0,63%	9000	0,43%
1890-1894	268	94,0%	4503503	90,9%	5	1,75%	145263	2,93%	3	1,05%	65000	1,31%	2	0,70%	7450	0,15%
1895-1899	345	92,0%	4916105	87,3%	22	5,87%	503923	8,95%	4	1,07%	135000	2,40%	0	0,00%	0	0,00%
1900-1904	242	91,0%	3758572	81,3%	8	3,01%	260173	5,63%	6	2,26%	27500	0,59%	2	0,75%	70000	1,51%
1905-1909	255	94,1%	4554563	96,2%	6	2,21%	38866	0,82%	4	1,48%	43600	0,92%	1	0,37%	20000	0,42%
1910-1914	346	96,4%	6320187	97,1%	5	1,39%	90169	1,39%	2	0,56%	18000	0,28%	3	0,84%	41800	0,64%
1915-1919	407	94,2%	8132036	93,6%	11	2,55%	251300	2,89%	3	0,69%	81000	0,93%	3	0,69%	33000	0,38%
1920-1924	32	88,9%	1374487	82,4%	1	2,78%	70000	4,20%	2	5,56%	12500	0,75%	0	0,00%	0	0,00%
1925-1929	372	96,9%	14453466	93,6%	5	1,30%	118966	0,77%	1	0,26%	20000	0,13%	2	0,52%	166000	1,08%
1930-1934	184	94,8%	7356002	83,2%	5	2,58%	220312	2,49%	2	1,03%	50500	0,57%	0	0,00%	0	0,00%
1935-1939	23	65,7%	521250	53,2%	8	22,86%	337173	34,38%	1	2,86%	20000	2,04%	1	2,86%	50000	5,10%
TOTAL	3206	87,5%	63498675	83,2%	183	5,00%	6068559	7,96%	49	1,34%	826682	1,08%	68	1,86%	854175	1,12%

Fonte: Registros de Hipotecas - 1853-1939 – AHPJF

**Tabela 4.** Mercado Hipotecário - Credores por categoria social médias quinquenais Juiz de Fora (1853-1939)

Quinq.	Participação de Credores Agrícolas				Participação do BCR		Participação dos Proprietários e Capitalistas				Participação dos Comerciantes				Participação de "Outros"			
	AG	% AG	Mont Agri	% Mont Agri	BCR	%	PC	Mont PC	% Mon PC	Com	%	Com	Mont Com	% Mt Com	Outros	% Outros	Mont Outr.	% Mt Outr
BCR	Mont BCR	% Mt BCR	PC	%														
1853-1854	12	31,58	346:239	45,69	0	0,00	0	0,00	1	2,63	560	0,07	0	0,00	0	0,00	0	0,00
1855-1859	32	35,16	267:817	60,05	0	0,00	0	0,00	2	2,20	5604	1,26	5	5,49	36175	8,11	0	0,00
1860-1864	54	20,93	415:114	13,94	0	0,00	0	0,00	4	1,55	29265	0,98	37	14,34	1412585	47,44	4	1,55
1865-1869	39	39,80	497:186	33,33	0	0,00	0	0,00	6	6,12	11400	0,76	28	28,57	867738	58,17	4	4,08
1870-1874	33	50,77	364:665	59,85	0	0,00	0	0,00	11	16,92	66457	10,91	15	23,08	142220	23,34	2	3,08
1875-1879	68	50,37	2.044:669	77,22	0	0,00	0	0,00	28	20,74	102414	3,87	30	22,22	302369	11,42	3	2,22
1880-1884	63	34,62	982:667	30,86	0	0,00	0	0,00	60	32,97	690180	21,67	37	20,33	1007069	31,63	5	2,75
1885-1889	38	24,05	544:943	25,96	13	8,23	326500	15,56	51	32,28	337415	16,08	29	18,35	438515	20,89	11	6,96
1890-1894	62	21,75	1.154:755	23,31	104	36,49	2208700	44,59	70	24,56	563817	11,38	29	10,18	232163	4,69	7	2,46
1895-1899	84	22,40	1.741:323	30,93	21	5,60	869500	15,44	127	33,87	1191027	21,15	87	23,20	1018525	18,09	35	9,33
1900-1904	68	25,56	1.196:686	25,89	29	10,90	1296791	28,05	86	32,33	1328042	28,73	43	16,17	428101	9,26	30	11,28
1905-1909	45	16,61	435:528	9,20	70	25,83	3242750	68,49	100	36,90	597912	12,63	29	10,70	224703	4,75	15	5,54
1910-1914	48	13,37	539:717	8,29	66	18,38	4429055	68,04	160	44,57	1000776	15,37	27	7,52	175278	2,69	40	11,14
1915-1919	50	11,57	445:250	5,12	86	19,91	5471512	62,95	170	39,35	1609736	18,52	72	16,67	703108	8,09	37	8,56
1920-1924	2	5,56	8:000	0,48	17	47,22	1264937	75,83	9	25,00	163000	9,77	3	8,33	15250	0,91	3	8,33
1925-1929	46	11,98	3.164:190	20,50	31	8,07	3323000	21,52	235	61,20	6618365	42,87	38	9,90	745996	4,83	23	5,99
1930-1934	11	5,67	348:900	3,95	9	4,64	1663632	18,82	100	51,55	2679712	30,31	17	8,76	281000	3,18	16	8,25
1935-1939	2	5,71	85:000	8,67	0	0,00	0	0,00	12	34,29	377600	38,50	5	14,29	265000	27,02	10	28,57
TOTAL	757	20,67	14.582:649	19,12	446	12,18	24096377	31,59	1232	33,64	17373282	22,77	531	14,50	8295795	10,87	245	6,69

Fonte: Registros de Hipotecas - 1853-1939 - AHPJF

de encadeamento financeiros, podemos vislumbrar um outro quadro explicativo para a existência destes empréstimos individuais e, com ele, novas dimensões para o mercados financeiros e de crédito que predominaram no período. Mais ainda percebemos que a esfera individual do crédito pode revelar, nos quadros de uma economia ainda em transição para o capitalismo, todo o universo social próprio das relações de financiamento.

Em um período marcado pela ausência de instituições financeiras formais que, – no cenário da economia atual, agilizam e ampliam a eficiência dos mecanismos de transmissão de informações –, são as relações sociais, muitas vezes concretizadas em mecanismos de conhecimento pessoal, como amizade, vizinhança, parentesco e outras que darão a tônica da formação e transmissão de informações. Essencial no funcionamento destes mercados em que a confiança é o elemento mais importante, o conhecimento recíproco servirá como o instrumento de avaliação de indivíduos<sup>37</sup>, permitindo que as poupanças e as necessidades de crédito, existentes local e regionalmente, sejam canalizadas para distintas relações que correspondem à transferência intertemporal de recursos.

Em uma cidade com lugar de entreposto comercial, com variada oferta de serviços, industrialização em desenvolvimento e com uma economia baseada num complexo cafeeiro, a circulação de pessoas e informações é algo a se considerar. Entre os habitantes da cidade em questão, alguns precisavam de dinheiro emprestado por motivos diversos, que iam desde o pagamento de outros empréstimos até a compra de animais, escravos, remédios

ou ainda na confecção de benfeitorias ou ampliação de um pequeno negócio. Os grandes comerciantes, fazendeiros e industriais da cidade também tomavam dinheiro emprestado, via de regra para investimento em seus negócios, mas também em pequenas quantias e a curto prazo, principalmente em momentos de aperto em suas atividades e tendo que cumprir compromissos que estavam vencendo. Por outro lado, tanto as categorias intermediárias da sociedade de então quanto as camadas mais abastadas emprestavam quantias variadas de moeda corrente que serviam para vários fins. Para que essas transações se realizassem a contento, a mais importante condição era o bom funcionamento da circulação de informações.

Para os devedores em potencial cabe saber e discernir no conjunto do tecido social quais são os agentes que possuem recursos para empréstimos, nas condições por ele aguardadas e quais disponibilizariam seus recursos para satisfação de suas necessidades. Já para os credores em potencial cabe avaliar os riscos envolvidos, o montante desejado, as taxas de juros que podem ser pagas, além da reputação do eventual devedor. Elementos estes que acabam por determinar boa parte das condições em que os negócios vão se efetivar. O surgimento de intermediários financeiros seria portanto o resultado natural da expansão e desenvolvimento da economia, principalmente nos grandes centros econômicos e financeiros, aonde o mero conhecimento individual entre as partes se torna insuficiente<sup>38</sup>.

---

*As categorias intermediárias da sociedade e as camadas mais abastadas emprestavam quantias variadas de moeda corrente*

---

<sup>37</sup> MULDREW, C. (1998). *The Economy of Obligation*. Palgrave, New York.

<sup>38</sup> HANLEY, A. G. (1995). *Capital Markets in the Coffee Economy: financial institutions and economic change in São Paulo, Brazil, 1840-1905*. Ph.D. Thesis, Stanford University. HANLEY, A. G. (1995). *Capital Markets in the Coffee Economy: financial institutions and economic change in São Paulo, Brazil, 1840-1905*. Ph.D. Thesis, Stanford University.

A boa circulação da informação é o que vai garantir que devedores e credores se encontrem nesse incipiente e frágil mercado de crédito, — diferentemente dos grandes centros financeiros, sem intermediários e especialistas das atividades creditícias —, e que realizem a transação. A base para tanto é a confiança, seguramente um significativo elemento do crédito, mais ainda se consideramos o contexto de uma sociedade escravista do final do século XIX.

No momento de necessidade de dinheiro é importante saber a quem pedir e, por outro lado, para quem é ‘confiável’ emprestar. Para Tawney,

...a característica típica destes arranjos [de crédito] é o que pode ser chamado de crédito casual. (...). E exceto nas grandes cidades, não existe uma classe especializada de emprestadores de dinheiro e nem uma estrutura organizada. O empréstimo de dinheiro não é uma profissão, mas atividade secundária estando inter-relacionada, e freqüentemente anulada, por outras transações econômicas.<sup>39</sup>

O tamanho da população e as relações pessoais surgem aqui como definidores desse encontro. A tabela a seguir nos dá a dimensão da população de cunho urbano da cidade em questão.

**Tabela 5.** População urbana de Juiz de Fora — 1890/1920 (Períodos selecionados)

Ano	População urbana	Índice
1890	13.000	100
1895	15.000	115
1915	24.000	185
1920	29.988	231

**Fonte:** PIRES, A. Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora. op. cit. p. 115, Tabela 33

No quadro de economias menores, regional ou localmente delimitadas, distanciadadas de centros de decisão e poder, mas com dinâmica suficiente para manter não apenas os pólos da demanda como da oferta de recursos de financiamento, são ainda os mecanismos de transmissão informal de informações que predominam, mesmo que eventualmente a expansão destas economias faça surgir instituições formais de crédito como, por exemplo, os bancos. Nestes casos é, novamente, a dimensão local e regional das economias que confluem com particular interesse com o fenômeno a ser averiguado, tendo em vista que são exatamente os limites locais destas economias que permitem o conhecimento pessoal necessário para que as relações de crédito se efetivem. Neste sentido, alguns autores falam em uma *regionalidade implícita* quando estudam, eles próprios, a constituição de mercados financeiros e de capitais em outras realidades históricas<sup>40</sup>. É de se fazer notar, também neste caso, a superioridade analítica da abordagem da cadeia de mercadorias e o grande potencial que a ela pode se dar através do dimensionamento financeiro das estruturas locais e sociais de produção.

Já no que se refere ao nível das taxas de juros, cabe lembrar de início a relatividade das considerações de seus montantes “elevados”, bastando para isso contextualizar os juros cobrados e os níveis de risco presentes em qualquer sociedade fundamentada em economias de produção agrícola de exportação. Aqui a própria estrutura macroeconômica, baseada no produto básico, traz consigo as oscilações cambiais, as variações nos ganhos dos distintos agentes da economia, mudanças abruptas na política monetária, entre tantos, que tornam o nível sistêmico de risco bem mais elevado do que aqueles que predominaram em outras economias<sup>41</sup>.

<sup>39</sup> Apud PIRES, op cit p. 232

<sup>40</sup> ODDEL, K. (1992). *Capital Mobilization and Regional Financial Markets, 1850-1920*. Garland Publishing, New York and London, p. 30.

<sup>41</sup> HANLEY, A. (1995). Op. Cit.

**Tabela 6.** Hipotecas em Juiz de Fora - valor total agregado por década 1853-1939

Decênio	Valor Total	Número de Contratos	Valor Médio	Media das Taxas de Juros - mês	Média das Taxas de Juros - ano
1853-1859	1.203:730\$	129	11:666\$	1,17	14,04
1860-1869	4.469:447\$	356	12:153\$	1,09	13,08
1870-1879	3.257:350\$	200	13:967\$	0,95	11,40
1880-1889	5.283:170\$	340	16:229\$	0,89	10,68
1890-1899	10.583:499\$	660	14:826\$	0,89	10,68
1900-1909	9.357:173\$	537	15:872\$	0,92	11,04
1910-1919	15.201:492\$	791	18:985\$	0,89	10,68
1920-1929	17.107:048\$	420	40:360\$	0,94	11,28
1930-1939	9.822:499\$	229	38:286\$	0,86	10,32

Fonte: Registros de Hipotecas - 1853-1939 -- AHPJF

A própria regularidade com que foram negociados montantes muitas vezes elevados de recursos na economia local e regional sinaliza que os débitos realizados por instrumentos como hipotecas vinham sendo pagos com certa regularidade, contrariando as percepções da usura e da agiotagem aqui em questão, uma vez que predominando taxas “exorbitantes” de juros, o repagamento não seria possível, inviabilizando toda a continuidade das relações de endividamento e o circuito de crédito que estamos querendo aqui ressaltar<sup>42</sup>.

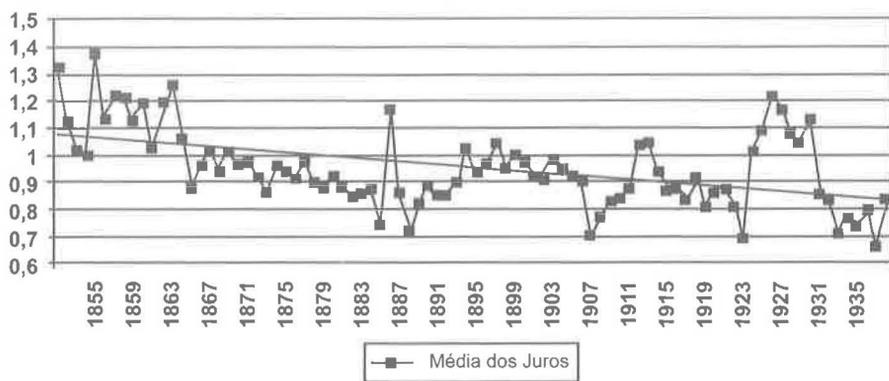
Além de tudo, quando percebemos o nível médio dos juros praticados vemos que em sua composição decenal, apenas para o início do período temos taxas superiores a 12% ao ano, sendo que, para o restante do período, se encontram taxas inferiores, variando entre 10 e 11%. Como era de se esperar, as variações das taxas de juros acompanham muito mais as distintas conjunturas pelas quais passou a economia, elevando-se naqueles períodos de crise aguda, muitas vezes acompanhadas por políticas monetárias extremamente recessivas como demonstram

os dados do gráfico abaixo para os anos de 1854, 1867, 1887, 1896, 1914, 1921, 1926 e 1929. Vale lembrar que 12% ao ano são os juros ditos oficiais, presentes em diversas fontes consultadas e também estipulado como tal no Código Civil de 1916.

Portanto, mais do que mera expressão da existência da “usura” na sociedade, as relações de crédito devem ser entendidas como sua parte constituinte, ou melhor, como um importante mecanismo utilizado para a reprodução de suas estruturas econômicas, permitindo muitas vezes que unidades de produção e agentes da economia de exportação sobrevivessem em contextos agudos de crise. Além disto, refletem a forma básica em que se deu a organização social da produção de café, permitindo que parte dos fluxos monetários decorrentes das exportações e acumulados na forma de poupança fossem canalizados para satisfazer as necessidades de crédito e financiamento da própria economia local. Tal fator delimitou um mercado de crédito e financiamento na economia de Juiz de Fora e da Mata mineira, incluindo aí as relações formais e informais de crédito.

<sup>42</sup> Carlos Marichal, ao trabalhar com o México, aponta para taxas juros que chegam a 50%. Cf. MARICHAL, Carlos. “Obstáculos para el Desarrollo del Mercado de Capitales em el México del Siglo XIX.” In: RIQUER, Jorge Silva; GROSSO, Juan Carlos e YUSTE, Carmen. *Circuitos Mercantiles y Mercados em Latinoamérica. Siglos XVIII-XIX*. Cidade do México. UNAM. p. 514.

Mercado Hipotecário de Juiz de Fora  
Comportamento Anual das Taxas de Juros  
(1853-1939)



A historiografia econômica no Brasil se preocupou em analisar tanto o crédito fornecido por comissários como o pelos bancos, sempre com ênfase no financiamento da grande lavoura de exportação e outros empreendimentos de maior vulto. São poucos os estudos para outras regiões que não o Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, mesmo para estes grandes centros, as análises que enfatizam os emprestadores particulares, para além dos comissários, são raras<sup>43</sup>. Assim faltam ainda estudos que dêem conta do financiamento gerado pelas fazendas, ou pelos fazendeiros a partir dos efeitos de encadeamento tratados aqui nesse trabalho.

Seja para estudos sobre a lavoura canieira, onde os principais agentes responsáveis pela manutenção e reprodução da lavoura e da indústria são os capitalistas e comerciantes<sup>44</sup>, ou para economias ca-

feiras como Lorena, cidade localizada no Vale do Paraíba paulista, os estudos sobre o crédito têm sido marcados pelo enfoque no financiamento da fase inicial da atividade de produção para exportação e estão concentrados nos indivíduos pertencentes a um grupo restrito dessa sociedade. Marcondes ressalta que “a inexistência de um sistema bancário desenvolvido abriu oportunidades para pessoas com disponibilidade de recursos realizarem esse financiamento.”<sup>45</sup>. Já Flávio Saes (1986) destaca a importância do crédito bancário para o desenvolvimento da economia paulista, não só para a cafeicultura como para a indústria incipiente e para outras atividades como transportes, comércio, etc<sup>46</sup>.

Em nosso entender, na ausência de um aparelhamento bancário com demandas regulares por crédito de pequeno e grande porte e com agentes com recursos suficientes para dispor de alguma quantia em dinheiro

<sup>43</sup> Alguns estudos estão surgindo acerca do crédito entre particulares. Cf. SANTOS, Rafael. *Devo que pagarei...: Práticas creditícias e mercado interno nas Minas. Comarca do Rio das Velhas, 1713-1773*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG; TEODORO, op. cit; e OLIVEIRA, M. L. (2005) *Entre a casa e o armazém*. São Paulo: Alameda. Embora ambos adotem um conceito de crédito que é bastante amplo.

<sup>44</sup> FÁRIA, Sheila de Castro. (1998) *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pp. 124 e 125

<sup>45</sup> MARCONDES, Renato L. (1998) op. cit. p. 37.

<sup>46</sup> SAES, Flávio (1986) *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850/1930*. São Paulo: IPE/USP.

por um prazo definido e com cobrança de juros, são os indivíduos que irão assumir essa função e vão participar ativamente dessas relações creditícias que ocorriam diariamente. Muitas dessas dívidas eram pautadas na palavra tendo como garantia algo tão precioso para os estudiosos do crédito entre particulares: a honra. Felizmente, as fontes para estudo do crédito são múltiplas. Vão desde inventários *post mortem* até hipotecas, ações ordinárias, ações decendárias e execuções de dívidas. Nos inventários e nos registros de hipotecas a dívida assumida consta de um documento, tendo sido paga ou não. Mas o que nos chamou a atenção foi a riqueza de informações constantes na documentação de processos de execução de dívidas.<sup>47</sup>

Nessa documentação, o funcionamento é basicamente o seguinte: o credor que não tendo seu compromisso pago pelo devedor, após o ano de 1850, procura a justiça por ter seus direitos garantidos pelo Código Comercial brasileiro promulgado naquele ano. O direito de propriedade, tanto para títulos e dívidas ativas como também para outras garantias como terras, semoventes, instrumentos e imóveis urbanos, aparece como pressuposto das ações cíveis das execuções de dívidas. No caso da falta de pagamento de um compromisso assumido, a primeira atitude a tomar é entrar com uma ação ordinária, com provas de que a dívida existe e de que o prazo não foi cumprido por parte do devedor. Estas provas podiam ser testemunhos orais de duas pessoas 'idôneas'. Então entra em cena o juízo conciliatório que tenta definir a questão sem que haja necessidade da execução. A ação ordinária, não se resolvendo de forma conciliatória, dava ao credor uma sentença ordinária que permitia que ele pedisse a execução da dívida de acordo com o que foi combinado no ato do empréstimo entre as partes. O que significa que, ao entregar a petição ao juiz municipal,

o devedor era intimado para audiência pública em que o juiz ouve as partes. De uma maneira geral, nesse momento o devedor fazia uma confissão de dívida e dizia que contraiu empréstimo de tal quantia, denominando as condições do ato de crédito. A partir daí, se junta ao processo várias provas da dívida e das condições do empréstimo, entre elas a escritura de dívida. Outra importante fonte para estudo do crédito e que aparece transcrita de forma integral na ação de execução. Em tal escritura consta valor inicial, prazo e juros da transação em questão. Também aparecem nas execuções as contestações, ou embargos no linguajar jurídico. É quando o devedor contesta a dívida ou parte das alegações do credor. Depois de feitas as alegações, o juiz julgava a pertinência ou não das alegações e dava sentença.

Podemos apurar, assim, os motivos da contração da dívida, a situação financeira do devedor e, na maioria dos casos que analisamos, se existem outros credores ou não. É que a partir do momento que o juiz outorgava a sentença, seguia-se a penhora de bens que bastassem para pagamento da ação, – que incluía o principal das dívidas, juros e custas. Eram penhorados bens diversos, desde terras, lavoura, benfeitorias, imóveis, animais, escravos e utensílios, ferramentas, etc. Esses bens penhorados iam a leilão em praça pública que, depois de arrematados, serviam para liquidar o motivo do litígio. Na ausência do devedor ou da esposa do mesmo, são os herdeiros que eram chamados a assumir o pagamento.

Os processos variam de tamanho, o que se deve principalmente a embargos do devedor e a presença de outros credores que juntam suas execuções ao processo. Mas os

---

*O direito de propriedade, tanto para títulos e dívidas ativas... aparece como pressuposto das ações cíveis das execuções de dívidas*

---

<sup>47</sup> Tais fontes estão disponíveis no Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, no fundo de fontes cartoriais e ações cíveis.

prazos da entrada na justiça até o pagamento da dívida não eram superiores a um ano na maioria dos processos. Quando o devedor tinha seus bens leiloados e se efetuava o pagamento, os juros eram contados até a data final, bem como as custas do processo. Serve para ilustrar de forma qualitativa o processo de Ozório Ferreira Maciel, lavrador em Juiz de Fora, devedor a onze credores distintos todos residentes na mesma cidade, na quantia total de aproximadamente 82:000\$000, e que teve o pagamento de suas dívidas garantido pela penhora e posterior leilão público de terras (50 alqueires) com suas benfeitorias. O processo teve início em fevereiro de 1930 e em pouco mais de um ano havia sido concluído<sup>48</sup>. Nesse caso, à execução inicial se juntaram-se outros credores

Os prazos da entrada na justiça até o pagamento da dívida não são superiores a um ano na maioria dos processos

e ao final foi feito o pagamento de todas as dívidas, com seus juros e custas. Também podemos citar o caso da dívida do conde de Cedofeita que ao final da vida acabou na pobreza "esquecido pelos comensais de ontem, dos amigos que sua bolsa servira tantas vezes"<sup>49</sup>. Este, em 1881, teve seus bens

penhorados e leiloados para pagamento de dívida que tinha com o Banco do Brasil no valor de 450:000\$000<sup>50</sup>. Muitos outros exemplos poderiam ser aqui descritos de forma qualitativa. O que temos visto nesta documentação é que: 1) tanto credores quanto devedores eram de diversas categorias sociais, indo desde carpinteiros, costureiras até fazendeiros e negociantes de grosso trato; 2) as dívidas variavam de valor conforme o extrato social a que pertenciam tanto credores quanto devedores, sendo maiores valores presentes entre os fazendeiros, tanto na fun-

ção de credores, quanto na de devedores; 3) a origem das partes envolvidas nos processos se concentrava principalmente na cidade de Juiz de Fora e seus distritos; 4) o prazo entre a entrada do pedido de pagamento na justiça e o efetivo desfecho do processo não excedia, em média, a um ano; 5) os juros cobrados eram os ditos oficiais, não excedendo na maioria dos casos a 12% ao ano, o que descarta a hipótese de usura; 6) a diversidade de categorias sociais envolvidas e suas diversas atividades demonstram o desenvolvimento urbano proporcionado principalmente pela atividade econômica mais importante do município em questão, como a cafeicultura de exportação, e seus desdobramentos para os demais setores da sociedade; 7) os bens que eram dados por garantia de dívida variam desde terras, cafezais, benfeitorias, escravos, animais, instrumentos, até ações de empresas. No caso do não pagamento no prazo estipulado pela ação decendiária, estes bens iam a leilão e o resultado deste serve para pagamento, quando não era o caso do próprio credor arrematar os bens, como ocorreu com o conde de Cedofeita e o Banco do Brasil, processo citado acima. Essas são análises ainda preliminares. Certo é que a partir desse corpo documental muito se pode acrescentar à avaliação das relações creditícias nessas sociedades de transição, onde características capitalistas convivem com formas mais antigas de relações econômicas.

Não é de se estranhar que em uma sociedade com economia capitalista ainda em desenvolvimento, os indivíduos atuem de forma efetiva para resolver os problemas que atingem parte da população em seu cotidiano. A quem recorrer num momento de aperto financeiro é uma questão relativamente fácil de resolver numa comunidade que tem poucos habitantes

<sup>48</sup> Processo de execução cível de 25/02/1930. sob a caixa de número 62. AHMJF.

<sup>49</sup> NÓBREGA, Domervilly. (1998) *Reverendo o passado*. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo.

<sup>50</sup> Processo de execução cível de 03/07/1881. sob a caixa de número 37. AHMJF.

e que, como visto em alguns processos, o próprio escrivão declarava constantemente serem as partes por ele conhecidas. O que pretendemos aqui é demonstrar que esse mercado de crédito era bem mais complexo e envolvia uma parcela significativa da população em suas teias.

Deve ficar claro, neste sentido, que a atividade de concessão de recursos para financiamento de longo prazo constituiu um importante mecanismo de investimento para grandes fazendeiros locais. A composição das principais formas que a riqueza assumiu na economia cafeeira de Juiz de Fora demonstra bem a importância que o item *dívidas ativas* possuía entre as alternativas de aplicações de recursos por parte dos fazendeiros de café<sup>51</sup>. Conjuntamente com terras, ações, títulos, imóveis, entre outros, foi um dos principais instrumentos de inversão. A demanda por este tipo de crédito pode, assim, ter melhor compreensão a partir das oportunidades de investimento que representou.

Contudo, na medida em que a economia crescia e o processo de expansão capitalista se consolidava, novos setores surgiam e se desenvolviam na economia local, demandando novos recursos de investimento. E a poupança local acumulada através da riqueza gerada pelo café, entre outros produtos, acompanhou a mudança. Tal fato é um indicativo que o mercado financeiro delimitado regionalmente foi um dos mais importantes mecanismos de transferência de recursos entre o setor cafeeiro e aqueles que representavam a transição para o capitalismo.

No próprio mercado hipotecário podemos verificar esta transferência de recursos ao verificarmos em inúmeras transações a presença de importantes fazendeiros e capitalistas do município como credores e também de importantes industriais como devedores. Se levamos em conta ambos os componentes dos contratos, podemos demonstrar na tabela abaixo o significado dessa transferência de recursos pode ter.

**Tabela 7.** Participação relativa dos ativos no total da riqueza inventariada (médias por períodos)

Ativos	1889/1898	1899/1908	1909/1914	1889/1914
Terras	19,64	18,32	19,57	19,12
Dívida Ativa	18,22	14,58	12,85	15,58
Títulos	16,55	15,01	19,00	16,55
Casas	16,13	19,36	21,00	18,50
Café	12,86	8,00	5,24	9,23
Ações	6,77	11,01	13,72	10,00
Objetos Pessoais	3,15	7,75	4,0	5,12
Animais	2,97	2,30	2,24	2,54
Benfeitorias	2,37	2,72	1,0	2,19
Terrenos	0,93	0,71	1,12	0,89
Alimentos	0,45	0,22	0,09	0,28
	100	100	100	100

Fonte: inventários post mortem (AHUFJF)

<sup>51</sup> ALMICO, Rita de C. S. (2001) *Fortunas em Movimento: Um estudo sobre a transformação da riqueza. Juiz de Fora, 1870/1914*. Dissertação de Mestrado, UNICAMP/Campinas.

**Tabela 8.** Transferência de recursos entre fazendeiros e industriais via mercado hipotecário Juiz de Fora – 1887/1926

Períodos	Número de empréstimos	Valor total
1887-1899	10	251:000\$
1912-1918	17	772:825\$
1919-1926	04	248:000\$
Total	31	1.271:825\$

**Fonte:** Registros de Hipotecas - 1853-1939 – AHPJF

Mesmo que, obviamente, não constituam o eixo do mercado hipotecário que a cidade construiu como resultado de suas transformações econômicas, deve ser destacado o número de empréstimos e os valores que chegaram a representar em cada período. Além disto, para uma historiografia que tem destacado a natureza “conservadora” e “tradicional” de sua aristocracia cafeeira, não deixa de ser elucidativo que, no se conjunto, foram transferidos mais de mil contos em recursos *diretamente* entre fazendeiros de café e a indústria apenas no mercado hipotecário. Um entre vários mecanismos que vão caracterizar a presença de um sistema financeiro local e regional.

Assim, a idéia de encadeamentos financeiros adquire particular importância, pois em se tratando de negociações a longo prazo e com remuneração fixa, se adaptavam particularmente ao perfil de investimentos desejados pelos fazendeiros de café. Aliás, a participação recorrente de alguns neste tipo de mercado, mesmo que não reduzissem seus negócios exclusivamente com os industriais. Também deve ser lembrado que as formas de poupança socialmente delineadas pelos elos de encadeamento financeiros acompanharam desde o início, a evolução, e o aperfeiçoamento da organização das empresas que surgiam no município, em particular as sociedades

anônimas, mesmo que não apenas no setor estritamente industrial.

Desta forma, também podemos verificar a transferência de recursos da cafeicultura para os setores urbano-industriais, através de outros ativos financeiros extremamente importantes na averiguação da importância, abrangência e profundidade que este mercado desempenhou na economia cafeeira local e regional no período. Considerando o universo das empresas acionárias, as debêntures são particularmente reveladoras, uma vez que mantinham um retorno fixo, e estavam nitidamente vinculadas a projetos de investimentos realizados pelas empresas industriais, de serviços públicos e outras no município<sup>52</sup>. Aqui, no entanto, na impossibilidade de agregarmos os dados, utilizamos alguns exemplos típicos para esclarecer a questão.

Alguns inventários que dispomos podem dar uma idéia do que representou para algumas empresas acionárias o volume de recursos transferidos diretamente pelo capital cafeeiro. No caso do coronel João Gualberto de Carvalho<sup>53</sup>, grande fazendeiro de café na região, o montante de debêntures em sua carteira de títulos atingia cerca de 98%, com 300 debêntures da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas (100:000\$), 100 debêntures da Companhia Cervejaria Americana (20:000\$) e 10 da Companhia Fiação e Tecelagem São Vicente (10:000\$) englobando o valor total de 130:000\$. Também Gabriel Villela de Andrade, grande capitalista e fazendeiro de Juiz de Fora, apenas entre os títulos sonogados, encontramos 485:000\$ empatados em debêntures, com 150 da Companhia Têxtil Moraes Sarmento (150:000\$), 668 da Companhia Mineira de Eletricidade (66:800\$), 377 da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas (186:600\$), 30 da Companhia São Vicente (30:000\$).

<sup>52</sup> Ver também MARQUES, M.C.N. (2005). “Bancos e Desenvolvimento Industrial: Uma Revisão das Teses de Gerschenkron à luz da Cervejaria Brahma, 1888/1917.” *História e Economia- Revista Interdisciplinar*. São Paulo, vol. 1, 2º Semestre.

<sup>53</sup> Inventário ID 3626 - 1928 Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUJF)

e cerca de 230 da Companhia Têxtil Santa Cruz (46:000\$)<sup>54</sup>.

Na falência da Companhia Americana, ocorrida em 1937, temos outra idéia efetiva do que pode ter representado o investimento de fazendeiros de café no financiamento de empresas industriais. No quadro geral dos credores admitidos à sua falência<sup>55</sup>, percebemos que o Dr. Francisco Ignácio Monteiro de Andrade, com patrimônio nitidamente vinculado à riqueza agrária e que foi proprietário da fazenda São Luiz em Sarandira, possuía isoladamente 76% das debêntures da série emitidos pela Companhia e 80,71% das debêntures da série. Conjuntamente com um crédito privilegiado presente na mesma falência, provavelmente hipotecário, o valor total de seus recursos empatados na fábrica chegava a 280:799\$ ou aproximadamente 75,57% do total da massa. É importante notar que o mesmo investidor participou durante vários anos como membro do conselho fiscal da Companhia, se tornando acionista em 1933, o mesmo ano em que é colocado como um de seus diretores<sup>56</sup>. Além disto, tinha sido presidente da Companhia Santa Cruz e da Companhia de Laticínios de Juiz de Fora, ainda em 1913<sup>57</sup>.

Mas em se tratando de empresas acionárias é a presença das ações como ativos financeiros no portfólio de fazendeiros que devemos destacar. Neste caso, mesmo não se constituindo em títulos com remuneração fixa, também podem ser consideradas expressão dos encadeamentos financeiros, já que foram também importantes instrumentos de canalização de recursos do setor agrário de exportação para aqueles que representavam a expansão capitalista no âmbito exclusivo do universo local e regional. As ações tornaram-se, portanto, um dos mais importantes ativos representativos do mercado financeiro que se

desenvolveu no município de Juiz de Fora no período aqui em questão.

Em Juiz de Fora, como entre tantos outros municípios de Minas e do país, a organização acionária esteve presente em diversas atividades econômicas, estando sua abrangência e as próprias dimensões das empresas estreitamente vinculadas ao contexto econômico no qual estavam inseridas. No caso do município de Juiz de Fora, as primeiras experiências estiveram envolvidas com o aperfeiçoamento do sistema de transportes ainda em meados do século XIX, com a organização da Companhia União e Indústria em 1854 e, posteriormente, com a primeira fase da organização das empresas ferroviárias locais até o final do mesmo século, quando foram encampadas por empresas estrangeiras e públicas.

Se considerarmos um levantamento já realizado sobre as mais importantes companhias acionárias no município, podemos ver os seguintes resultados, disponibilizados de forma agregada e relativa aos principais setores da economia em períodos determinados.

É importante destacar que para os ativos acionários são regulares as referências a agentes e instituições localizadas no Rio de

**Tabela 9.** Formação de Sociedades Anônimas em Juiz de Fora – 1854/1932 (períodos selecionados)

Período	Número de Companhias	Capital Nominal
1854-1884	07	7.580:000\$
1887-1899	18	10.450:000\$
1907-1912	06	1.220:000\$
1913-1917	05	1.928:000\$
1919-1929	23	17.510:000\$
1930-1933	05	4.300:000\$
TOTAL	64	42.988:000\$

<sup>54</sup> Inventário ID 4410 – 1935 (AHU/FJF)

<sup>55</sup> *Gazeta Comercial* 07/07/1937

<sup>56</sup> *Gazeta Comercial* 06/06/1933

<sup>57</sup> PROCÓPIO FILHO, J. (1979). *Salvo Erro ou Omissão: Gente Juiforana*. Ed. do Autor, Juiz de Fora, p. 120.

**Tabela 10.** Formação de Sociedades Anônimas por setor de atividade em Juiz de Fora 1854-1932 (períodos selecionados)

Período	Transportes e Estradas de Ferro (%)	Financeiro (%)	Agrícolas (%)	Serviços públicos/ Seguros (%)	Indústria (%)	Comércio (%)	Total
1854-1884	6.300:000\$ (83,11)	-----	80:000\$ (1,05)	-----	1.200:000\$ (15,83)	-----	7.580:000\$
1887-1899	-----	2.900:000\$ (27,75%)	3.900:000\$ (37,32)	550:0000\$ (5,26)	3.100:000\$ (29,66)	-----	10.450:00\$
1907-1912	-----	-----	-----	660:000\$ (54,09)	560:000\$ (45,90)	-----	1.220:000\$
1913-1917	-----	-----	-----	80:000\$ (4,14)	1.848:000\$ (95,85)	-----	1.928:000\$
1919-1929	-----	4.000:000\$ (22,84)	-----	-----	11.910:000\$ (68,01)	1.600:000\$ (9,13)	17.510:00\$
1930-1932	-----	-----	1.100:000\$ (25,58)	-----	2.200:000\$ (51,16)	1.000:000\$ (23,25)	4.300:000\$
Total	6.300:000\$ (14,65)	6.900:000\$ (16,04)	5.080:000\$ (11,81)	1.290:000\$ (3,00)	20.818:000\$ (48,41)	2.600:000\$ (6,04)	42.998:000\$

Janeiro, no caso de acionistas ali residentes e eventuais instituições bancárias, entre outras, financiando as mais diversas operações das companhias locais. Algumas têm no Rio a sua sede e o centro da negociação de seus ativos. As informações da imprensa local, através de diversos anúncios de pagamentos de dividendos, lançamentos ou subscrição de ações, entre tantos, deixam claro a participação do município no mercado do Rio de Janeiro.

No entanto, a partir do final do século XIX, com as modificações já acentuadas tanto no contexto do Rio de Janeiro quanto principalmente de Juiz de Fora, se tornam visíveis as tendências de centralização deste mercado. Isso deu início aos contornos básicos de um mercado primário de ações delimitado local e também regionalmente. A expansão capitalista no município contou principalmente com recursos locais para efetivação de seu processo geral de financiamento.

A partir daí, o que se observa na mesma documentação, são referências constantes a Juiz de Fora como sede das companhias. Ademais, a imprensa local aumenta em muito os anúncios de subscrição de ações, pagamento de dividendos, chamadas de capital, reuniões e assembléias de acionistas etc. Por outro lado,

as referências ao Rio de Janeiro praticamente desaparecem, bem como aquelas sobre instituições bancárias aí localizadas. Praticamente todos os anúncios neste sentido se restringiam a Juiz de Fora bem como às instituições bancárias existentes na cidade. Nem mesmo inscrições de empresas locais são detectadas com facilidade na Bolsa do Rio de Janeiro, estando este mercado restrito a empresas tais como o Banco de Crédito Real de Minas Gerais e a Companhia Mineira de Eletricidade.

Assim, concluímos que a importância da capacidade de retenção de recursos no próprio espaço da produção, ou em sua principal cidade, tratada aqui como centro regional, a dinâmica e espectro de oportunidades ligadas ao crédito podem ser muitas e envolver outras possibilidades que não somente os modelos estudados para os grandes centros de produção cafeeira. A regionalidade esboçada aqui permite encontrar outras modalidades de crédito que podem englobar outros agentes e, dessa forma, o crédito entre particulares assume a função devidamente de destaque na formação desse mercado de crédito e o papel de parte importante no financiamento e crédito em uma sociedade da transição capitalista.

## Referências Bibliográficas

### Fontes

Fundo de fontes cartoriais e ações cíveis. Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora  
 Gazeta Comercial 07/07/1937  
 Gazeta Comercial 06/06/1933  
 Inventários post mortem - Juiz de Fora - 1870/1929 (AHUFJF)  
 Inventario ID 4410 - 1935 (AHUFJF)  
 Inventário ID 3626 - 1928 Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF)  
 Processo de execução cível de 25/02/1930. sob a caixa de número 62. AHMJF.  
 Processo de execução cível de 03/07/1881. sob a caixa de número 37. AHMJF.  
 Registros de Hipotecas - 1853-1939 - AHPJF

### Bibliografia

ALMICO, Rita C. S. **Só a Palavra Basta? O Crédito não Institucional em Juiz de Fora 1850/1889**. Niterói: UFF. Projeto de doutorado, 2005.

\_\_\_\_\_. **Fortunas em Movimento: Um estudo sobre a transformação da riqueza**. Juiz de Fora, 1870/1914. Dissertação de Mestrado, UNICAMP/Campinas. 2001.

ALVARENGA FILHO, J.T. "Alguns Eventos da História Bancária de Juiz de Fora" In: **História Econômica de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: s. ed., 1987.

\_\_\_\_\_. **A Criação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e o Relacionamento de seus Fundadores com o Imperador D. Pedro II**. Juiz de Fora: s/ ed. 1976.

BLASENHEIM, P. "Uma História Regional: a zona da Mata Mineira (1870-1906)". V **Seminário sobre Estudos Mineiros - A República Velha em Minas**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

CANO, W. "Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras". **Revista Estudos Econômicos**, IPE/USP, São Paulo, 15(2): mai-ago. 1985.

CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

CÁRDENAS, H., OCAMPO, J.A. and THORPE, R. "Introduction". In id. Ib. **The Export Age: the Latin American Economies in the Late Nineteenth and Early Twentieth Centuries**. New York: Palgrave, 2000.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998.

GEREFFI, G. and KORZENIEWICZ, M. **Commodity Chains and Global Capitalism**. Connecticut/London: Praeger, 1994.

GIROLETTI, D. **A Industrialização de Juiz de Fora**. s/ed, 1980.

HANLEY, A. G. **Capital Markets in the Coffee Economy: financial institutions and economic change in São Paulo, Brazil, 1840-1905**. PhD. Thesis, Stanford University. 1995.

HIRSCHMAN, A. "Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: Uma Abordagem Generalizada." In: SORJ, B., CARDOSO, F. H. e FONT, M.. **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LIMA, J. H. **Café e Indústria em Minas Gerais - 1870/1920**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

HOFFMAN, P.T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J.-L.. **Priceless Markets: the political economy of credit in Paris, 1660-1870**. University of Chicago Press, 2000.

- HOPKINS, T. and WALLERSTEIN, I. "Commodity Chains in the Capitalist World-Economy Prior 1800" Connecticut/London:Prager, 1994.
- MARCONIMDES, R. L. e MADURO, P. R. R. **Crédito Hipotecário em São Paulo: Evidências para Um Núcleo Urbano em Expansão (1865-1890)**, s/ed., 2005. In: <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A021.pdf>
- \_\_\_\_\_. "O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-1887)." **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, 56 (01):147-170, jan./mar., 2002.
- \_\_\_\_\_. **A Arte de Acumular na Economia Cafeeira**. Lorena: Ed. Stiliano, 1998.
- MARICHAL, Carlos. "Obstáculos para el Desarrollo del Mercado de Capitales em el México del Siglo XIX." In: RIQUEER, Jorge Silva; GROSSO, Juan Carlos e YUSTE, Carmen. **Circuitos Mercantiles y Mercados em Latinoamérica**. Siglos XVIII-XIX. Cidade do México. UNAM.
- MARQUES, M.C.N. "Bancos e Desenvolvimento Industrial: Uma Revisão das Teses de Gerschenkron à luz da Cervejaria Brahma, 1888/1917." **História e Economia- Revista Interdisciplinar**. São Paulo, vol. 1, 2º Semestre, 2005.
- MARTINS, R. **A Economia Escravista em Minas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.
- MELO, H. P. **O Café e a Economia Fluminense – 1870/1920**. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, UFRJ, 1993.
- MULDREW, C. **The Economy of Obligation: The Culture of Credit and Social Relations in Early Modern England**, New York: Palgrave, 1998.
- MUSACCHIO, A.. **Law and Finance in Historical Perspective: Politics, Bankruptcy Law, and Corporate Governance in Brasil, 1850-2002**. PhD. Dissertation, Stanford University. 2005.
- NÓBREGA, Domervilly. **Reverendo o passado**. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo, 1998.
- ODDEL, K.. **Capital Mobilization and Regional Financial Markets, 1850-1920**. New York and London: Garland Publishing, 1992.
- OLIVEIRA, M.T. **The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: Beginnings and Early Development, 1868-1906**. London, PhD. Thesis, University College, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Entre a casa e o armazém**. São Paulo: alameda, 2005.
- PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **Região e regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais**. Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada – HEERA. Juiz de Fora, UFJF, número I, 2006.
- PIRES, A.. "Minas Gerais e a Cadeia Global da 'Commodity' Cafeeira (150-1930)." **Revista Eletrônica de História do Brasil** – REHB, Departamento de História, UFJF, Juiz de Fora, vol. 09, n. 01, jan./jul., 2007
- \_\_\_\_\_. **Café, Finanças e Indústria: Uma Análise do Sistema Financeiro da zona da Mata de Minas Gerais (1189-1930)**. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora (1889-1930)**. Niterói:Dissertação de mestrado, UFF, 1993.
- POLANYI, K. **A Grande Transformação: Origens de Nossa Época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PROCÓPIO FILHO, J. "A História Bancária de Juiz de Fora" In *Retalhos do Passado*. Juiz de Fora:s. Ed, 1966.
- \_\_\_\_\_. **Salvo Erro ou Omissão: Gente Juiforana**. Juiz de Fora: Ed. do Autor, 1979
- RIBEIRO, J. "Banco de Crédito Real de Minas Gerais." In: **Um Banco de todos os Tempos - Credireal 101 anos**. Edição Comemorativa (original de 1925), 1990.
- ROTHEMBERG, W. "The Emergence of a capital Markets in Rural Massachusetts." In **The Journal of Economic History**. Vol. XXII, December, 1985.
- SÁ, A.L.. **Origens de um Banco Centenário**. Edição Comemorativa do Banco de Crédito

Real. Juiz de Fora, 1992.

SAES, Flávio. **Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850/1930**. São Paulo: IPE/USP, 1986.

SAMPER K. M.. "The Historical Construction of Quality and Competitiveness – A Preliminary Discussion of Coffee Commodity Chains." In TOPICK, S. and CLARENCE-SMITH, G. *The Global Coffee Economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989*. Cambridge University Press, 2003.

SANTOS, Rafael. **Devo que pagarei...: Práticas creditícias e mercado interno nas Minas. Comarca do Rio das Velhas, 1713-1773**. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, s/d.

SWEIGART, J. **Finance and Marketing Brazilian Export Agriculture: The Coffee Factors of Rio de Janeiro, 1850-1888**. PhD. Thesis, University of Texas, 1980.

TEODORO, R. S.. "Crédito e Expansão da Cafeicultura: o Caso do Município Paulista de Franca !887-1914". **História Econômica e Economia Regional Aplicada** – HEERA. Departamento de Economia UFJF, Juiz de Fora, Vol. 01, n. 02, ago./dez, 2006.

TRINER, G. Banks, Regions and Nation in Brazil, 1889-1930." *Latin America Perspectives*, issue 104, vol. 26, n. 01, January, 1999.

WIRTH, J.. **O Fiel da Balança – Minas Gerais na Confederação Brasileira (1889-1937)**. Paz e Terra, São Paulo, 1982.

